

A crónica (nos jornais): O que foi? O que é?

Paula Cristina Lopes *
Universidade Autónoma de Lisboa

Índice

1. História: Os primeiros cronistas	1
2. A crónica: O que é?	6
3. A crónica: Características	7
4. Bibliografia	11

O vocábulo “Crónica” deriva do Latim *Chronica*, relativo a tempo. Em sentido tradicional, traduz o relato ou narrativa de factos dispostos por ordem cronológica, por ordem da sua sucessão. Há, à partida, uma relação estreita entre “crónica” e “História”, digamos que uma espécie de parentesco, já que ambas constroem “memória” usando como matéria-prima o tempo. Será a crónica a história dos tempos? Segundo Massaud Moisés, no início da era cristã designava “uma listagem de acontecimentos ordenados segundo a marcha do tempo, isto é, uma sequência cronológica. Situada entre os anais e a história, limitava-se a registrar os eventos sem aprofundar-lhe as causas ou tentar interpretá-los” (MOISÉS, s.d.: 101).

1. História: Os primeiros cronistas

A crónica é um género histórico que se desenvolve na Europa medieval e renascentista. Segundo Hêrnani Cidade e Carlos Selvagem (CIDADE, 1967:

*Mestre em Ciências da Comunicação e pós-graduada em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação. Professora na Universidade Autónoma de Lisboa e formadora no Cenjor, frequenta o Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE.

163-164), no Portugal do século XII começa “a aflorar a prosa em documentos redigidos num português ainda tosco mas em vias de instrumento literário”. Mas só em finais do século XII, e “sobretudo no período cultural de D. Dinis, a prosa portuguesa alvorece como expressão literária. Os seus testemunhos de melhor quilate são os “crônicas”, primeiras fontes da historiografia nacional. Os “crônicas” eram “registos sem ligação ou continuidade, escritos por iniciativa oficial ou particular”, de que são exemplo maior as *Crônicas Breves do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, escritas no século XIV, depois da morte de D. Dinis, e publicadas por Alexandre Herculano em *Portugaliae Monumenta Historica*.

António José Saraiva e Óscar Lopes, ao traçarem a história da literatura portuguesa, contam: “A leitura, a produção do livro e a criação literária desenvolvem-se na corte portuguesa do século XV. Os príncipes organizam livrarias, empreendem iniciativas como a compilação de grandes compilações históricas, promovem ou fazem traduções, são, por vezes, autores de obras originais. (...) O advento da dinastia de Avis intensificou na corte o interesse pelos problemas teóricos e doutrinários, religiosos, políticos, morais e até psicológicos. (...) A maior personalidade da literatura medieval portuguesa, e também um dos nomes cimeiros da nossa literatura em geral, é o cronista Fernão Lopes, com quem se inicia a série dos cronistas gerais do Reino. (...) A carreira de Fernão Lopes como cronista começa, segundo parece, em 1419 ou antes, pois nesse ano colaborava com o então infante D. Duarte na compilação e redacção de uma crónica geral do reino de Portugal” (SARAIVA e LOPES, 1982: 111, 121-122). O “pai da historiografia portuguesa”, como lhe chama Aubrey Bell, foi “colocado na Torre do Tombo (Arquivo do Estado), visto que nesse ano aparece nomeado conservador dos documentos (escrituras) aí guardados. Anos mais tarde, o Rei D. Duarte (...) confia-lhe a tarefa de escrever as crônicas dos Reis de Portugal (*poer em caronycas as estorias dos reys*), e, na mesma ocasião (19 de Março de 1434), estabelece-lhe o ordenado de 14 000 réis. (...) Das crônicas dos dez primeiros reis, escritas por Fernão Lopes, apenas se conservam três: *Crónica del Rei Dom Joam de Boa Memória, Crónica del Rei Dom Fernando e Crónica del Rei Dom Pedro*”(BELL, 1971: 97-98). Sobre Fernão Lopes pode ler-se no *Roteiro da Literatura Portuguesa*: “A sua formação de tabelião levou-o a aproveitar os documentos notariais na reconstituição do passado, pondo o maior cuidado na determinação da verdade histórica. A vontade de explicar cabalmente os acontecimentos leva-o a interessar-se pela psicologia das suas personagens – tanto pelas figuras centrais como D. João, Mestre de Aviz, e Leonor Teles, como pela psicologia das mul-

tidões, cujos movimentos o seu temperamento de artista nos consegue fazer presentes” (ROCHA, 1995: 13-14).

Mas, “o cargo de cronista oficial da corte mantém-se após o termo da actividade literária de Fernão Lopes. Alguns anos antes do falecimento deste, Gomes Eanes de Zurara concluiu (1450) a *Crónica de D. João I*, também intitulada *Crónica da Tomada de Ceuta*. (...) Além da terceira parte da *Crónica de D. João*, Zurara compôs crónicas de grandes personagens da nobreza, escritas a pedido ou em atenção a casas senhoriais. (...) O terceiro cronista-mor do Reino foi Rui de Pina. (...) Deixou uma obra extensa: as crónicas dos Reis de Portugal, de D. Sancho I a D. Afonso IV, que, embora separadas, constituem um conjunto; as crónicas de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II” (SARAIVA e LOPES, 1982: 139, 142). Segundo A. Bell, “uma das acusações que se tem feito a Rui de Pina é que o povo já não figura e o Rei figura de mais nas crónicas de sua mais directa responsabilidade (...) Ao século XV pertence a *Crónica do Infante Santo*” (BELL, 197: 107-108), definida por Saraiva e Lopes como “patética”, escrita pelo religioso Frei João Álvares por ordem do infante D. Henrique (SARAIVA e LOPES, 1982: 144).

A crónica abrangia, pois, a vida ou reinado de um monarca, seus sucessos político-militares, ou a vida de corporações religiosas e de alguns dos seus membros mais ilustres (*Crónica da Ordem dos Frades Menores*). A narração é objectiva, serve-se do diálogo, aproxima-se à forma do conto.

Da eternidade da crónica publicada em Quatrocentos, passemos à efemeridade da crónica nas páginas dos jornais. A crónica é um género que, embora literário, pertence também ao jornalismo. Poderemos falar de um género misto, literário-jornalístico? Sendo o resultado da soma entre literatura e jornalismo, e sendo veiculada nas páginas dos jornais, dirige-se a determinado público-alvo e está, como qualquer texto jornalístico, sujeita a limitações: da ideologia e linha editorial do periódico às estratégias empresariais/comerciais, das limitações narrativas decorrentes dos constrangimentos de produção aos limites do espaço físico (economia de espaço). A sua história enquanto género confunde-se, naturalmente, com a própria história do jornalismo.

Estamos convictos de que a crónica é o que sobra da literatura no jornal mas que é também a manifestação mais próxima do jornalismo dentro da literatura. A crónica traz qualidade às páginas dos jornais. É muitas vezes uma apreciação crítica, um juízo de valor, uma narração de factos/acontecimentos (reais, como pretexto, ou ficcionais), alternando entre a subjectividade literária e o relato de factos. A crónica oferece reflexão e solicita reflexão.

Revisitemos o *Novo Dicionário Aurélio*: “Crónica: Texto jornalístico redigido de forma livre e pessoal, e que tem como temas factos ou ideias da

actualidade, de teor artístico, político, desportivo, etc., ou simplesmente relativos à vida quotidiana” (FERREIRA, 1986: 502).

Reza a história que o inglês Joseph Addison e o irlandês Richard Steele [fundador dos jornais literários *The Tatler* (1709) e *The Spectator* (1711)] foram os primeiros cultores do género, elevando-o à perfeição de texto literário publicado na imprensa. Note-se ainda que, no século XIX, a crónica literária, como hoje a conhecemos, designava-se “folhetim”. No decorrer desse século, a utilização de um ou outro termo era praticamente indiscriminada, nomeando “uma nova modalidade literária” que aparecia nas páginas dos jornais. A crónica foi-se popularizando em vários países europeus, como França, Itália e, logicamente, Portugal.

A título de exemplo, refira-se que em Paris, em 1800, o *Journal des Débats* inicia a publicação de uma crónica-folhetim diária e que, em 1836, nas páginas do *La Presse*, se vulgariza enquanto género. No final do século XIX, os jornais italianos atentam e reconhecem o seu valor, dedicando-lhe página inteira.

Portugal não constitui excepção à regra numa Europa rendida aos encantos da crónica-folhetim¹. Em 1827 é publicado um “semanário de política, literatura, ciência e artes”: *O Cronista*. No mesmo ano é editado *O Português*, “diário político, literário e comercial”, no qual Almeida Garrett escreve a “Crónica da Semana”. No *Distrito de Évora* (1867) escreve Eça de Queirós uma magnífica “crónica sobre a crónica”:

“A crónica é como que a conversa íntima, insolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das ondas, dos enfeites; fala em tudo, baixinho, como se faz ao serão, ao braseiro, ou ainda de Verão, no campo, quando o ar está triste. Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amores, crimes terríveis; espreita porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a lua, e outras vezes alegre e robustamente, como faz o sol; a crónica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; está aqui, nas suas colunas, cantando, rindo,

¹ Para uma história da crónica em Portugal, nos séculos XIX e XX, sugerimos a leitura de RODRIGUES, Ernesto, *Crónica Jornalística – Século XIX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, e VENÂNCIO, Fernando, *Crónica Jornalística – Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004

palrando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma pequena voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.

A crónica é como estes rapazes que não têm morada sua e que vivem no quarto de seus amigos, que entram com um cheiro de primavera, alegres, folgazões, dançando, que nos abraçam, que nos empurram, que nos falam de tudo, que se apropriam do nosso papel, do nosso colarinho, da nossa navalha de barba, que nos maçam, que nos fatigam mesmo e, quando se vão embora, nos deixam cheios de saudade.”

(Eça de Queirós *in Distrito de Évora*, N.º 1, 6 de Janeiro de 1867)

Nos jornais – nomeadamente, a partir de 1864, no *Diário de Notícias* – escreve-se a melhor ficção e crónica nacionais. Muitos são os títulos que reflectem os tempos: *A Crónica* (1831-32), *Crónica dos Açores* (1833), *Crónica Constitucional do Porto* (1832-33), *Crónica Constitucional de Lisboa* (1833-34), *Crónica do Algarve* (1833), *Crónica de Bragança* (1835), *The Lisbon Chronicle* (1839), *Crónica Literária da Nova Academia Dramática* (1840), *Crónica Portuguesa* (1846), *Crónica dos Teatros* (1861), *Crónica Musical* (1877), *A Crónica* (1880), *Crónica Ilustrada* (1882), *A Crónica* (1892), *A Crónica* (1896), e também *O Cronista* (1851-53), *Cronista Constitucional* (1833), *O Cronista* (1886-88), etc. No *Jornal do Povo* (1848-54), a crónica é já “subdividida” (e identificada) em “crónica parlamentar”, “crónica teatral”, “crónica contemporânea” e “crónica da semana”.

A “crónica política” “conheceu, no século XX, dois períodos de fulgor: os vinte e cinco anos que precederam a ditadura e dos vinte e cinco que se lhe seguiram” (VENÂNCIO, 2004: 6). No primeiro caso, lembremos Brito Camacho, João Chagas e Raul Proença; no segundo, não esqueçamos António José Saraiva, Vera Lagoa, Artur Portela Filho ou Augusto Abelaira e, mais tarde, Vasco Pulido Valente, Vasco Graça Moura ou Miguel Sousa Tavares (estes dois últimos cronistas também conotados com a “crónica cultural e social”). Para além da “crónica política”, o século XX foi prolífico num outro tipo de texto: a denominada “crónica de costumes”. Vários foram os cronistas que “examinaram de perto as norma de conduta e os comportamentos íntimos ou públicos, mais o estilo de vida de variados tipos humanos” (VENÂNCIO, 2004: 7), como Carlos Malheiro Dias, Reinaldo Ferreira (o “Repórter X”), José Gomes Ferreira, Mário Cláudio... Mas se falamos da crónica que versa o episódio quotidiano, há que evocar Jaime Cortesão, José Cardoso Pires ou

António Osório. Da “pena” de Luiz Pacheco, Mário de Carvalho, José Régio, António Mega Ferreira ou Manuel António Pina saíram belíssimas “crónicas culturais”.

Uma breve nota – em jeito de destaque – para a publicação, a partir de 1988, do semanário *O Independente* que acolheu nas suas páginas a prosa brilhante (em muitos casos, irreverente) de escritores e jornalistas como Agustina Bessa-Luís, Miguel Esteves Cardoso, Vasco Pulido Valente, Luísa Costa Gomes ou António Mega Ferreira. Actualmente, muitos destes cronistas escrevem para o jornal diário *Público* (e também António Barreto ou Alexandra Lucas Coelho) ou para o semanário *Expresso* (e também Clara Ferreira Alves, Inês Pedrosa ou Miguel Sousa Tavares).

2. A crónica: O que é?

Salvato Trigo afirma que “a crónica e o folhetim, e mais tarde a grande reportagem, aparecem-nos como espécies discursivas mistas pertencendo, a um tempo, ao jornalismo, pela sua quotidianidade, e à literatura, pelo imaginário que as acompanha” (AAVV, s.d.: 13). Martinez Albertos refere-a como “um género híbrido” (ALBERTOS, 1982: 123), misturando o estilo informativo e o estilo editorializante; Martin Vivaldi como “género ambivalente”, sendo “em essência, uma informação interpretativa e valorativa de factos noticiosos, actuais ou actualizados, onde se narra algo ao mesmo tempo que se julga o narrado” (AAVV, s.d.: 45). Alice Vieira defende a existência de dois tipos distintos de crónica, a jornalística e a literária. A escritora e jornalista diz que a crónica “está na fronteira, é como que o “salto para a outra margem”. Pode ser tipicamente jornalística mas pode ter um estilo literário. Pode realmente ser considerada uma obra literária, mesmo sendo publicada no jornal”. Mas adverte: o rigor deve estar sempre presente nesta “efabulação de uma história”. Gil Tovar afirma que é um “relato vinculado à cronologia e rico em observações” (AAVV, s.d.: 45). José Marques de Melo diz-nos que “a crónica, na imprensa brasileira e portuguesa, é um género jornalístico opinativo, situado na fronteira entre a informação de actualidade e a narração literária, configurando-se como relato poético do real” (AAVV, s.d.: 47), António Cândido caracteriza-a como “género literário menor” (AAVV, s.d.: 51), Victor Silva Lopes define-a como “pequeno texto narrativo que se ocupa de um episódio (às vezes banal ou insólito) do quotidiano. O cronista prevalece o comentário, numa linguagem expressiva, por vezes poética, mas simples e clara” (AAVV, s.d.: 50), José Jorge Letria e José Goulão, embora realcem a dimensão literária e ficcional da crónica, afirmam-na como “género jornalístico, o que mais contactos tem

com os géneros literários clássicos. Os factos são, portanto, um pretexto para o autor da crónica. A partir daí ele dá vazão aos seus sentimentos e, com absoluta legitimidade, pode entrar no domínio da ficção. A associação de ideias, o jogo de palavras e conceitos, as contraposições, misturam o real e o imaginário, como forma de fazer realçar o primeiro” (AAVV, s.d.: 50). Andrea Guaraciaba define a crónica como “o quase-literário” “quase-jornalístico”. (...) É um género literário ‘jornalístico’; como género jornalístico é comentário, um género nobre. Isto é, não existe como género jornalístico, embora lide com informações jornalísticas, embora apenas se realize numa edição diária e efémera como o jornal, embora a sua linguagem (coloquial) seja jornalística. Mesmo assim, não é um género jornalístico. Não participa do ambiente do jornal; escapa ao processo de produção jornalística convencional; não obedece às determinações de espaço e tempo típicas; foge às regras de interesse informativo convencionalmente estabelecido para o jornalismo. (...) Colocada desta forma, a crónica é, hoje, o avesso do jornalismo, é o seu lado crítico, libertário, inovador e humanizado, o que vem sendo asfixiado pelo império da técnica industrializada” (MELO, 1992: 85-86).

Segundo Massaud Moisés, a crónica “move-se entre ser no e para o jornal, uma vez que se destina a ser lida na folha diária ou na revista. Difere, porém, da maneira substancialmente jornalística naquilo em que, apesar de fazer do seu quotidiano o seu húmus permanente, não visa à mera informação: o seu objectivo, confesso ou não, reside em transcender o dia-a-dia pela universalização das suas virtualidades latentes, objectivo esse via de regra minimizado pelo jornalista de ofício. O cronista pretende-se não o repórter, mas o poeta ou o ficcionista do quotidiano” (MOISÉS, s.d.: 104).

René Pascal afirma a crónica “na fronteira que separa o diário de informação de um diário totalmente diferente: o diário pessoal (...) Nesta perspectiva, a crónica não tem que mostrar o mundo tal como ele é. Incumbe-lhe, antes, revelar a transformação dos factos quando estes atravessam a consciência e a sensibilidade do cronista” (LAVOINNE, s.d.: 26). Yves Lavoinne apresenta uma definição mais objectiva: “Crónica designa uma rubrica colocada em lugar fixo e da responsabilidade de vários colaboradores do jornal, cuja assinatura lhe é regularmente aposta, se bem com uma periodicidade variável. Respeita a qualquer assunto da actualidade, qualquer que seja a sua natureza. (...) O seu tom, tradicionalmente ligeiro, tem, cada vez mais, dado lugar à análise política, sociológica ou linguística” (LAVOINNE, s.d.: 24).

3. A crónica: Características

O cronista assume livremente a sua subjectividade, desenvolve livremente a sua opinião pessoal. As liberdades de forma e de conteúdo estão patentes na crónica; aqui é permitida a narrativa rica em adjectivos e figuras de estilo, em jogos e ambiguidades.

Como afirma Massaud Moisés, “a crónica e o ensaio caracterizam-se pela subjectividade, envolvem idêntico movimento do 'eu', mas enquanto o ensaio guarda sempre uma intenção, a crónica, ou repele a intencionalidade, ou deixa de ser crónica. (...) A crónica apresenta características específicas. A primeira delas diz respeito à brevidade: no geral, a crónica é um texto curto, de meia coluna de jornal ou de página de revista. (...) A brevidade reflecte, e a um só tempo determina, as outras marcas da crónica. A subjectividade é a mais relevante de todas. Na crónica, o foco narrativo situa-se na primeira pessoa do singular, o 'eu' está presente de forma directa ou na transmissão do acontecimento segundo sua visão pessoal. (...) Simultaneamente monólogo e diálogo, (...) o cronista, em monodialogo, se oferece em espectáculo ao leitor, conduzido por uma secreta afinidade electiva. O estilo em que se vaza o monodialogo, directo, espontâneo, jornalístico, de imediata apreensão, nem por isso deixa de manusear todo o arsenal metafórico que identifica as obras literárias. (...) O estilo registra a referencialidade da prosa jornalística, (...) explora a polissemia da metáfora. Sem ser um exercício de estilo, a crónica monta-se em torno de muito pouco ou nada, ao menos em relação ao motivo inspirador, e é por meio do estilo que se sustenta. (...) Morre de estilo a crónica, e morre também de um estilo de consumo fácil, imediato, acessível ao leitor de jornal ou revista, menos exigente de rigor e de profundidade, que de fluência e ourivesaria. Entre coloquial e literário, quer-se o estilo da crónica. (...) Ambiguidade, brevidade, subjectividade, diálogo, estilo entre oral e literário, temas de quotidiano, ausência de transcendente – eis os requisitos essenciais da crónica, a que falta adicionar tão somente um outro, anteriormente mencionado: A efemeridade” (MOISÉS, s.d.: 109, 116-119).

Martin Vivaldi refere que “o característico da verdadeira crónica é a valoração do facto ao tempo em que se vai narrando. O cronista, ao relatar algo, nos dá sua versão do acontecimento; põe em sua versão um toque pessoal, imprimindo-lhe um evidente matiz subjectivo” (AAVV, s.d.: 42).

Nuno Crato salienta que o autor da crónica “escolhe factos da actualidade, que valoriza e comenta livremente” (CRATO, 1986: 144). A mesma opinião tem Mar de Fontcuberta, acrescentando que a crónica supõe “uma certa continuidade e regularidade”, que se opõem ao carácter ocasional dos

outros géneros jornalísticos. Fontcuberta diz ainda que “deve espelhar a personalidade do jornalista” (FONTCUBERTA, 1996. 105).

Joaquim Letria afirma que “não se pode falar de um estilo objectivo. Podemos considerar que o estilo da crónica é absolutamente livre, ainda que se encontre geralmente sujeito ao imperativo de uma notícia, facto ou relato. (...) O cronista deve sentir-se livre de estilos, regras ou preceitos formais, comunicando da forma como sente os factos e tirando partido do mais próprio do seu estilo” (LETRIA, 1999: 51-52).

José Marques de Melo acredita que “o que distingue a crónica dos demais géneros opinativos é o ‘acento lírico’.(...) A crónica preenche as três condições essenciais de qualquer manifestação jornalística: actualidade, oportunidade e difusão colectiva” (AAVV, s.d.: 48).

José Rebelo, na obra *O Discurso do Jornal*, diz que a estrutura da crónica “segue de perto o célebre triângulo invertido: figura usualmente avançada para significar a narrativa jornalística. Começa-se por reunir a máximo de informações e de comentários sobre a ocorrência. Depois, à medida que se avança na narrativa, vão-se retendo, apenas, os aspectos mais relevantes até se chegar ao decisivo. Que mais não é do que a conclusão” (REBELO, 2000. 120). Opinião contrária tem o jornalista Daniel Ricardo. Referindo-se à estrutura da crónica, e dos textos opinativos em geral, recorda que esta “não se subordina às exigências da técnica do *lead* e da pirâmide invertida, mas deve incluir uma abertura em que se exponha o assunto a tratar e um desenvolvimento em que as ideias apareçam por ordem crescente de complexidade”, sendo, no entanto, “um produto da imaginação criadora do jornalista”. Aconselha: “Não confunda crónica com reportagem. (...) Eis como José A. Benitez distingue os dois géneros:

- a) Na reportagem o facto é a constante; na crónica, é um ponto de referência ou de partida.
- b) Na reportagem, o jornalista procura o material que necessita, no terreno dos factos; na crónica, arranca de impressões eventualmente suscitadas por um facto e procura os materiais no seu próprio pensamento.
- c) Na reportagem, o facto é a causa da mesma; na crónica, não passa de uma motivação.
- d) A reportagem implica uma circunstância de actualidade com referência a um propósito de originalidade; a crónica implica um propósito artístico, de criação estética, com referência a uma circunstância de actualidade.

- e) À vivência pessoal, na reportagem, contrapõe-se a reacção pessoal, na crónica.
- f) A reportagem explica, interpreta, analisa; a crónica propõe, sugere, convida a imaginar” (RICARDO, 1989: 31).

Massaud Moisés salienta que a crónica é um género ambíguo que “oscila entre a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recriação do quotidiano por meio da fantasia. (...) E o tom de reportagem, de história presente é dado pela linguagem, predominantemente referencial, destinada antes a comunicar uma informação que a expressar os produtos da fantasia criadora. A metáfora continua a prevalecer, é certo, mas em grau elementar, próximo do da prosa de ficção, com a diferença fundamental de que, encerrada a crónica, o fragmento transcrito não acusa qualquer sentido metafórico mais amplo (como ocorre sistematicamente com as formas em prosa). (...) Em toda a crónica, os indícios de reportagem situam-se na vizinhança, quando não em mescla com os literários; e é a predominância de uns ou de outros que atrairá o texto para o extremo do jornalismo ou da literatura. No primeiro caso, a crónica dura o espaço do jornal, uma vez que se identifica com a matéria jornalística (...) A crónica somente ganhou a consideração dos críticos e historiadores da literatura no instante em que, ultrapassando as barreiras do seu veículo original, conheceu a forma de livro. (...) E quando o carácter literário assume a primazia, a crónica deriva para o conto ou a poesia, conforme se acentue o aspecto narrativo ou contemplativo. De onde há dois tipos fundamentais de crónica: a crónica-poema e a crónica-conto” (MOISÉS, s.d.: 105-106, 108).

O autor apoia a tese de que existem dois tipos específicos de crónica, a jornalística e a literária, que não se confundem na narrativa, embora se socorram do jornal como meio de divulgação.

Para Joaquim Letria, a crónica “está a meia distância da notícia e do editorial, da informação dura e pura, e do comentário formal. Pode também dizer-se que há dois tipos de crónicas: as que respeitam a um lugar e as que têm que ver com um tema” (LETRIA, 1999: 53). O jornalista explicita: “As primeiras competem a um correspondente, a um repórter em viagem, aos correspondentes de guerra. O segundo grupo relaciona-se com as chamadas crónicas de sucessos, a crónica judicial, a crónica tauromáquica, a crónica social, a crónica de cidade” (LETRIA, 1999: 53). O mesmo autor identifica e caracteriza vários tipos (subgéneros) de crónica, como a crónica política, a crónica social, a crónica cultural, a crónica de viagem, a crónica judicial, a crónica desportiva, a crónica tauromáquica e a crónica de enviado especial.

Sublinhe-se, em jeito de conclusão, que “*lato sensu*, o conteúdo de um jornal é ambivalente: de um lado, os textos propriamente jornalísticos; de outro, os que somente o são por acaso. Publicados no jornal (...) caracterizam-se por uma temperatura linguística notoriamente literária. (...) Em conclusão, se *stricto sensu*, o jornal não pertence à arte literária, *lato sensu* o será quando o texto for deliberadamente literário, e neste caso o jornal se converte num veículo ocasional; ou parcialmente literário, e neste caso prevalece não o aspecto estético, mas jornalístico” (MOISÉS, s.d.. 157).

Na verdade, como descortinámos, todas as opiniões se resumem em três correntes, duas que consideramos dominantes e uma terceira menos expressiva: a crónica deve ser assumida como um género literário, como um género jornalístico ou como um género misto.

A crónica jornalística seria centrada em acontecimentos da actualidade, do momento, enquanto a literária teria uma maior liberdade de conteúdo. Assumir-se-ia como género literário publicado num jornal, embora sem o carácter efémero ou transitório de uma notícia ou reportagem. Como texto conotativo, aproximar-se-ia da literatura, afastando-se do texto jornalístico, por natureza referencial ou denotativo.

4. Bibliografia

AAVV, *Jornalismo e Literatura*, Lisboa, Vega, s.d

BELL, Aubrey, *A Literatura Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971

CIDADE, Hêrnani e SELVAGEM, Carlos, *Cultura Portuguesa (I Volume)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1967

CRATO, Nuno, *Comunicação Social – A Imprensa*, 2ª Edição, Lisboa, Presença, 1986

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário Aurélio*, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1986

FONTCUBERTA, Mar de, *La Noticia – Pistas para Percibir el Mundo*, 2ª Edição, Barcelona, Paidós, 1996

LAVOINNE, Yves, *A Imprensa*, Lisboa, Vega, s.d

LETRIA, Joaquim, *Pequeno Breviário Jornalístico*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999

- MELO, José Marques de, *Géneros Jornalísticos na Folha de S. Paulo*, São Paulo, F.T.D., 1992
- MOISÉS, Massaud, *A Criação Literária*, 15ª Edição, São Paulo, Cultrix, s.d
- REBELO, José, *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000
- RICARDO, Daniel, *Manual do Jornalista*, Lisboa, O Jornal, 1989
- ROCHA, Ilídio (adaptação e actualização), *Roteiro da Literatura Portuguesa*, Frankfurt/Main, Verlag Teo Ferrer de Mesquita (TFM) / Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995
- RODRIGUES, Ernesto, *Crónica Jornalística – Século XIX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003
- SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 12ª Edição, Porto, Porto Editora, 1982
- VENÂNCIO, Fernando, *Crónica Jornalística – Século XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004